

Ibama pede à PF que investigue a máfia das madeiras nobres

Dē 30 planos de manejo escolhidos havia fraudes em 16

Vannildo Mendes

• **BRASÍLIA.** O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pediu à Polícia Federal e ao Ministério Público a abertura de inquérito para desarticular uma poderosa máfia que está fraudando planos de manejo e roubando em larga escala mogno e outras madeiras nobres da floresta amazônica, com danos ambientais irreparáveis. Comandada por grandes madeireiras do Sul do Pará, a máfia tem a conivência de servidores corruptos do Ibama, inclusive de encarregados técnicos pelos planos de manejo, e de engenheiros que fazem o planejamento florestal das áreas a serem exploradas pelas madeireiras.

Mogno roubado pode chegar a 20 mil metros cúbicos

De um total de 30 planos de manejo investigados por amostragem em sindicância interna, o Ibama já detectou fraudes em 16, enquanto os demais estão sendo investigados. O volume do roubo pode chegar a 20 mil metros cúbicos só de mogno, conforme estimativa do Ibama. Em valores nacionais, isso equivale a R\$ 20 milhões. Essa quantidade de madeira seria suficiente para construir 900 mil mesas de 80 centímetros cúbicos de lâmina de mogno.

Em consequência da sindicância, o Ibama suspendeu imediatamente as autorizações para exploração florestal emitidas pela superintendência do órgão no Pa-

rá, em favor de seis empresas no período de outubro a novembro de 1998. Em todas elas foi detectada fraude, com diferença de mais de 100% entre o total de mogno retirado e o que constava do plano de manejo. A extração de mogno está proibida por dois anos em toda a Região Amazônica, mas os planos de manejo aprovados antes da proibição continuam valendo.

Chamado de ouro verde, o mogno é uma das madeiras de lei mais apreciadas no mundo. Seu valor chega a US\$ 2.500 o metro cúbico na Europa. Com a moratória na exploração, a busca tornou-se frenética e os preços estão subindo ainda mais. Madeireiros inescrupulosos estão cooptando comunidades indígenas de reservas ricas em mogno, como é o caso dos caiapós do Sul do Pará. Eles armaram os índios com espingardas calibre 12, metralhadoras e fuzis para resistir à ação fiscalizadora do Ibama.

Resistência dos caiapós prejudica fiscalização do Ibama

Com 136 fiscais previamente treinados, a operação, que se chama Macauã II, foi prejudicada pela resistência dos caiapós do Sul do Pará, na região abrangida pelos municípios de Guaratã, Rendenção e São Félix do Xingu. Um grupo de 25 fiscais chegou a ser retido por 25 horas numa aldeia caiapó no Xingu. Para evitar um confronto e protestos internacionais caso um índio morresse, o Ibama suspendeu a operação e

estuda com a Funai, a Polícia Federal e o Ministério Público ações para enfrentar a situação.

Uma das idéias em discussão é, em vez de simplesmente proibir, aceitar o fato de que os caiapós dessa região estão suficientemente aculturados e firmar com eles um compromisso de exploração sustentável dos recursos naturais das reservas. Ingênuos, eles vendem o mogno, em média, por R\$ 50 o metro cúbico. Essa mesma madeira é embarcada no porto de Belém por um valor entre R\$ 850 e mil reais o metro cúbico. Na Europa, esse mesmo metro cúbico é comercializado entre US\$ 2 mil e US\$ 2.500.

A proibição permaneceria para aquelas reservas onde os índios não estariam propensos ao comércio com brancos. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, informou que o órgão retirou momentaneamente os fiscais para evitar confronto com os índios, mas garantiu que as ações contra os corruptos vão prosseguir.

Os registros dos engenheiros que forjaram o planejamento das explorações das empresas flagradas foram encaminhados para o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) para apuração e possível cassação do registro profissional. As empresas já apanhadas na malha fina da operação são a Exportadora Peracchi, Madeira Serra Dourada, Noroeste Madeireiras, Serraria Marajoara, Cilla Indústria e Comércio e Madeireira 2 Ltda. ■